

Geru Securitizadora  
de Créditos  
Financeiros S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2016**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo 5 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



João Paulo Dal Poz Alouche  
Contador CRC 1SP245785/O-2

## Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

<b>Ativos</b>	<b>Nota</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>Passivos</b>	<b>Nota</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Ativos</b>				<b>Passivos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	11.808	2.531	Fornecedores e outras contas a pagar		64	31
Empréstimos e recebíveis	8	30.945	6.035	Debêntures	9	37.437	4.933
Impostos a recuperar		-	22	Impostos a recolher		9	3
Outros ativos		301	541				
		<u>43.054</u>	<u>9.129</u>	Total do passivo circulante		<u>37.510</u>	<u>4.967</u>
Total do ativo circulante							
Empréstimos e recebíveis	8	22.182	8.555	Debêntures	9	27.692	12.774
Total do ativo não circulante		<u>22.182</u>	<u>8.555</u>	Total do passivo não circulante		<u>27.692</u>	<u>12.774</u>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	10	300	21
				Prejuízos acumulados		(266)	(78)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>34</u>	<u>(57)</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>65.236</u></u>	<u><u>17.684</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>65.236</u></u>	<u><u>17.684</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e período de 07 de julho de 2015 (data da constituição)  
a 31 de dezembro de 2015

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	2016	2015
Receita Operacional	14	11.619	2.164
<b>Lucro bruto</b>		<u>11.619</u>	<u>2.164</u>
Despesas gerais e administrativas	15	(574)	(352)
<b>Resultado antes das receitas financeiras líquidas</b>		<u>(574)</u>	<u>(352)</u>
Receitas financeiras	16	488	132
Despesas financeiras	16	(11.721)	(2.022)
<b>Receitas financeiras líquidas</b>		<u>(11.233)</u>	<u>(1.890)</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u><u>(188)</u></u>	<u><u>(78)</u></u>
<b>Resultado por ação</b>			
Resultado por ação - básico (em R\$)		(0,627)	(3,805)
Resultado por ação - diluído (em R\$)		(0,627)	(3,805)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

## Demonstrações de resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e período de 07 de julho de 2015 (data da constituição)  
a 31 de dezembro de 2015

*(Em milhares de Reais)*

	2016	2015
Prejuízo do exercício	<u>(188)</u>	<u>(78)</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u><u>(188)</u></u></b>	<b><u><u>(78)</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e período de 07 de julho de 2015 (data da constituição)  
a 31 de dezembro de 2015

*(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 07 de julho de 2015 (data da constituição)</b>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Aumento de capital	20	-	20
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>(78)</u>	<u>(78)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<u>21</u>	<u>(78)</u>	<u>(57)</u>
Aumento de capital	279	-	279
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>(188)</u>	<u>(188)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<u><u>300</u></u>	<u><u>(266)</u></u>	<u><u>34</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e período de 07 de julho de 2015 (data da constituição)  
a 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo do exercício</b>	<u>(188)</u>	<u>(78)</u>
Ajustes de		
Prêmio das debêntures	11.692	1.881
Varição no capital circulante:		
(Aumento) em empréstimos e recebíveis	(38.537)	(14.590)
(Aumento) redução em impostos a recuperar	22	(22)
(Aumento) redução em outros ativos	240	(541)
Aumento em fornecedores e outras contas a pagar	33	31
Aumento em impostos a recolher	6	3
<b>Caixa utilizado nas atividades operacionais</b>	<u>(26.732)</u>	<u>(13.316)</u>
Prêmio sobre as debêntures pagos	(5.572)	(269)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais</b>	<u>(32.304)</u>	<u>(13.585)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	279	21
Recursos provenientes da emissão de debêntures	51.045	16.402
Pagamento de principal de debêntures	(9.743)	(307)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<u>41.581</u>	<u>16.116</u>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>9.277</u>	<u>2.531</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / período	2.531	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício / período	11.808	2.531

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia") foi constituída em 7 de julho de 2015. A Companhia é constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil com sua sede social localizada na Rua Harmonia, 426, Sumarezinho, São Paulo, SP.

A Companhia atua na aquisição e securitização de créditos financeiros; emissão e colocação, privada ou nos mercados financeiro e de capitais, de títulos de crédito e/ou valores mobiliários compatíveis com suas atividades; realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos financeiros e emissões de títulos lastreados em tais créditos.

Os contratos de prestação de serviços relativos à avaliação, cobrança e renegociação dos créditos representados pela Cédulas de Crédito Bancário (CCB) são executados pela Geru Tecnologia e Serviços S.A. (Geru Tecnologia), parte relacionada da Companhia. A Geru Tecnologia é subsidiária integral da Geru Holdings, LLC, parte relacionada da Companhia, sediada em Delaware, Estados Unidos da América.

A Companhia possui plano de negócios que inclui previsão de obtenção de recursos financeiros, bem como aportes de capital para cumprir suas atividades e suportar sua estrutura de custos. A geração de lucros depende do sucesso desse plano de negócios.

### **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi autorizada pela Diretoria em 5 de maio de 2017.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

### **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

## **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base.

## **6 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante todo o exercício apresentado nestas demonstrações financeiras.

### **a. Receita operacional**

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos títulos forem transferidos para o cliente, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável, e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

Os empréstimos e recebíveis, constituídos por Cédulas de Crédito Bancário - CCBs, são adquiridos pela Companhia em caráter definitivo, irrevogável e irretroatável, sem coobrigação do cedente ou qualquer mecanismo de recompra dos créditos inadimplidos.

A aquisição de tais empréstimos e recebíveis ocorreu durante o exercício. O prazo de recuperação dos créditos é de 12 a 36 meses, a partir do mês de aquisição das CCBs e a taxa de retorno esperada não deve ser considerada como garantia de rentabilidade da carteira.

### **b. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável anual para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

### **c. Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

**(i) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Companhia possui os seguintes ativos financeiros classificados nessas categorias:

*Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros (incluindo aplicações financeiras) são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são adquiridos principalmente para ser vendidos a curto prazo.

*Caixa e equivalentes de caixa*

São ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, contas bancárias e investimentos financeiros de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original igual ou inferior a três meses e que são prontamente convertidos em um montante conhecido de caixa e sujeito a um risco insignificante de alteração no valor justo.

*Empréstimos e recebíveis*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento de dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

**(ii) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros.

A Companhia possui passivos financeiros classificados na categoria de “outros passivos financeiros”, que inclui debêntures, fornecedores e outras contas a pagar”, que são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

**d. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no fim de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Uma evidência objetiva pode incluir:

- (i) dificuldade financeira significativa da contraparte;
- (ii) violação de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal;
- (iii) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro;
- (iv) evidência objetiva de fraude.

**e. Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não figura como parte em processos judiciais com probabilidade de perda classificada como provável, possível ou remota, portanto não foi constituída provisão para riscos.

## 7 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Bancos conta corrente	3	1
Aplicações financeiras - "CDB"	11.514	428
Aplicações financeiras - "Compromissadas"	291	2.102
<b>Total</b>	<b>11.808</b>	<b>2.531</b>

Os CDBs e as aplicações financeiras compromissadas são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Estas aplicações financeiras são mensuradas inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Pelas características das aplicações, seus valores contabilizados não diferem dos valores de mercado.

## 8 Empréstimos e recebíveis

	2016	2015
Cédulas de crédito bancário - CCBs	53.127	14.590
Circulante	30.945	6.035
Não circulante	22.182	8.555
	<b>53.127</b>	<b>14.590</b>

### a. Movimentação dos empréstimos e recebíveis

	Saldo em 2015	Aquisição de CCBs	Juros e encargos	Amortização		Saldo em 2016
				Principal e encargos	Juros	
CCBs - 1ª Emissão	14.590	1.125	5.575	(5.328)	(3.063)	12.899
CCBs - 2ª Emissão	-	18.438	3.945	(4.428)	(3.183)	14.772
CCBs - 3ª Emissão	-	27.167	2.099	(2.043)	(1.767)	25.456
<b>Total</b>	<b>14.590</b>	<b>46.730</b>	<b>11.619</b>	<b>(11.799)</b>	<b>(8.013)</b>	<b>53.127</b>

### b. Empréstimos e recebíveis por vencimento

	CCBs 1ª Emissão	CCBs 2ª Emissão	CCBs 3ª Emissão	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>				
A vencer	7.743	13.403	25.145	46.291
Vencidos				
1 a 30 dias	431	350	174	955
31 a 60 dias	397	252	76	725
61 a 90 dias	399	218	41	658
91 a 180 dias	1.147	400	20	1.567
Acima de 181 dias	2.782	149	-	2.931
<b>Total</b>	<b>12.899</b>	<b>14.772</b>	<b>25.456</b>	<b>53.127</b>

	CCBs 1ª Emissão	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>		
A vencer	14.372	14.372
Vencidos		
1 a 30 dias	87	87
31 a 60 dias	52	52
61 a 90 dias	41	41
91 a 180 dias	18	18
Acima de 181 dias	20	20
<b>Total</b>	<b>14.590</b>	<b>14.590</b>

### c. Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

Conforme estipulado nas escrituras de emissão das debêntures, a remuneração dos debenturistas é atrelada ao recebimento líquido das CCBs, dessa forma, a Companhia não detém o risco de crédito das operações, que é compensado na remuneração do debenturista, dessa forma não há constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Não foi constituída PCLD no exercício de 2016.

## 9 Debêntures

	2016	2015
Debêntures - 1ª Emissão (i)	14.237	17.318
Debêntures - 2ª Emissão (i)	15.710	389
Debêntures - 3ª Emissão (ii)	31.278	-
Debêntures - 4ª Emissão (ii)	3.904	-
Circulante	37.437	4.933
Não circulante	27.692	12.774
	<b>65.129</b>	<b>17.707</b>

Referem-se a Debêntures não conversíveis em ações, de colocação privada, emitidas em séries únicas. Os recursos obtidos por meio das emissões de debêntures foram destinados à aquisição de Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”), emitidas por pessoas físicas por meio da plataforma eletrônica desenvolvida e mantida pela Geru Tecnologia.

### a. Características das Debêntures

- (i) As Debêntures da 1ª e 2ª Emissão assegurarão aos debenturistas um prêmio de reembolso correspondente ao montante líquido recebido pela Companhia a título de pagamento das CCBs vinculadas à emissão e existentes na carteira da Companhia na data do respectivo pagamento (“Prêmio”) descontados os valores pagos pela Companhia a título de amortização extraordinária obrigatória, calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será paga ao final de cada período de apuração. O pagamento do prêmio condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.
- (ii) As Debêntures da 3ª e 4ª Emissão assegurarão aos debenturistas, após a amortização extraordinária de 98% do saldo principal, um prêmio de reembolso correspondente ao montante líquido recebido pela Companhia a título de pagamento das CCBs vinculadas à emissão e existentes na carteira da Companhia na data do respectivo pagamento (“Prêmio”) descontados os valores pagos pela Companhia a título de amortização extraordinária obrigatória, calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será paga ao final de cada período de apuração. O pagamento do prêmio condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.

### b. Vencimento das debêntures

A perspectiva de pagamentos das debêntures são conforme segue:

	Vencimento	2017	2018	2019	2020	Total
Debêntures - 1ª Emissão	07/07/2019	11.132	3.077	28	-	14.237
Debêntures - 2ª Emissão	07/12/2019	9.366	5.088	1.256	-	15.710
Debêntures - 3ª Emissão	04/07/2020	14.810	11.504	4.940	24	31.278
Debêntures - 4ª Emissão	01/11/2020	2.129	1.125	650	-	3.904
<b>Total</b>		<b>37.437</b>	<b>20.794</b>	<b>6.874</b>	<b>24</b>	<b>65.129</b>



**c. Movimentação da dívida**

A movimentação da dívida no exercício é conforme segue:

Em 31 de dezembro de 2016	Saldo em		Amortizações		Saldo em	
	2015	Emissões	Prêmio	Principal		Prêmio
Debêntures - 1ª Emissão	17.318	-	5.582	(5.466)	(3.197)	14.237
Debêntures - 2ª Emissão	389	17.054	3.917	(3.275)	(2.375)	15.710
Debêntures - 3ª Emissão	-	30.121	2.159	(1.002)	-	31.278
Debêntures - 4ª Emissão	-	3.870	34	-	-	3.904
<b>Total</b>	<b>17.707</b>	<b>51.045</b>	<b>11.692</b>	<b>(9.743)</b>	<b>(5.572)</b>	<b>65.129</b>

Em 31 de dezembro de 2015	Emissões		Amortizações		Saldo em
	Emissões	Prêmio	Principal	Prêmio	
Debêntures - 1ª Emissão	16.016	1.878	(307)	(269)	17.318
Debêntures - 2ª Emissão	386	3	-	-	389
<b>Total</b>	<b>16.402</b>	<b>1.881</b>	<b>(307)</b>	<b>(269)</b>	<b>17.707</b>

**d. Cláusulas de vencimento antecipado**

Os debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da emissora, na ocorrência de eventos de inadimplemento, conforme estipulado na escritura. Não há exigência de manutenção de índices financeiros mínimos.

**10 Capital social**

**a. Capital social e reservas de capital**

O capital social é composto por 300.000 (20.500 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal no montante de R\$300 (R\$21 em 31 de dezembro de 2015). Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

**b. Natureza e propósito das reservas**

**Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

**c. Dividendos**

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 1% do resultado do exercício ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar são destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

## 11 Gerenciamento do capital

A política da Companhia é manter um equilíbrio entre ativos e passivos para que tanto os riscos quanto os retornos e prazos sejam análogos na ponta ativa e passiva de suas transações, operando desalavancada de forma a não exigir uma base de capital substancial para manter a confiança do investidor.

## 12 Instrumentos financeiros

### a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Dada a proximidade entre as datas de origem das transações e a data do balanço, os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros aproximam-se substancialmente dos respectivos valores justos.

### b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

#### (i) *Riscos de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes.

#### *Empréstimos e recebíveis*

Conforme estipulado nas escrituras de emissão das debêntures, a remuneração dos debenturistas é atrelada ao recebimento líquido das CCBs, dessa forma, o risco de crédito pelo inadimplemento das CCBs é transferido para a remuneração do debenturista, que em última instância, detêm o risco da carteira de crédito.

A Companhia efetua renegociações de empréstimos em situação de atraso, objetivando a maximização do retorno da carteira, em raros casos e em valores imateriais as renegociações se estendem por período superior ao esperado para a carteira de crédito da CCB renegociada.

A Companhia não exige garantias com relação aos “Empréstimos e recebíveis”.

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

A Companhia detinha ‘Caixa e equivalentes de caixa’ de R\$ 11.808 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 2.531 em 31 de dezembro de 2015). O ‘Caixa e equivalentes de caixa’ são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

#### (ii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu ‘Caixa e equivalentes de caixa’ e outros investimentos em um montante equivalente às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros de acordo com os cronogramas de desembolso de pagamento do principal e prêmios aos debênturistas. Tendo em vista que, a remuneração dos debenturistas é atrelada ao recebimento líquido das CCBs, a Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do ‘Contas a receber de clientes’ em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas às ‘Debêntures’.

**(iii) Risco de taxa de juros**

A Companhia adota como política que sua exposição a taxa de juros seja com base em uma taxa de juros pré-fixada. Para isso, a Companhia adquire CCBs com taxa de juros fixa e paga o equivalente ao rendimento líquido dos empréstimos e recebíveis, não havendo assim, risco de taxas pós-fixadas que exigissem análise de sensibilidade destes instrumentos financeiros.

### 13 Imposto de renda e contribuição social

	2016	2015
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(188)</b>	<b>(78)</b>
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal - 34%	64	27
Ativo fiscal diferido não constituído	<u>(64)</u>	<u>(27)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

### 14 Receita operacional

	2016	2015
Receita de juros	<u>11.619</u>	<u>2.164</u>
<b>Total de receita líquida</b>	<b><u>11.619</u></b>	<b><u>2.164</u></b>

### 15 Despesas por natureza

	2016	2015
Cobranças (i)	251	27
Despesas gerais e serviços de terceiros (ii)	323	325
<b>Total das despesas administrativas</b>	<u><b>574</b></u>	<u><b>352</b></u>

- (i) Refere-se às despesas de cobrança e comissão para agentes terceirizados especializados em cobrança e recuperação de crédito.
- (ii) Refere-se substancialmente a despesas com prestadores de serviços como, contabilidade e auditoria, escrituradores, agentes fiduciários, etc.

## 16 Resultado financeiro

	2016	2015
Receita de juros sobre:		
– Aplicações financeiras	488	132
Despesas financeiras sobre:		
– Taxas e despesas bancárias	(29)	(9)
– Remunerações dos debenturistas	<u>(11.692)</u>	<u>(2.013)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(11.233)</b>	<b>(1.890)</b>

## 17 Partes relacionadas

### (i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração, no montante de R\$575 (R\$43 em 31 de dezembro de 2015) é feita pela Geru Tecnologia, empresa do mesmo Grupo.

### (ii) Transações e saldos com partes relacionadas

Parte relacionadas são as pessoas ou membros próximos da família dos acionistas da Geru Securitizadora.

#### *a. Contrato de prestação de serviços*

Refere-se ao contrato de prestação de serviços relativos à avaliação, cobrança e renegociação dos créditos representados pelas CCBs, executados pela Geru Tecnologia, equivalente a 1% dos recebimentos totais (vide nota explicativa 9.c) pagos pela Companhia e deduzidos do prêmio pago aos debenturistas, isto é, os custos relacionados a esta prestação de serviços, são deduzidos do passivo da remuneração aos debenturistas. Em 31 de dezembro de 2016, a remuneração total foi de R\$153 (R\$6 em 31 de dezembro de 2015).

#### *b. Debêntures*

Em 31 de dezembro de 2016, da quantidade total de debêntures integralizadas, 36,5% (47,0% em 31 de dezembro de 2015) são detidas por partes relacionadas da Companhia. Os saldos de balanço, despesa de juros e transações estão registradas nesta mesma proporção.

## 18 Eventos subsequentes

A Companhia confirma que não houve eventos subsequentes relevantes no contexto destas demonstrações financeiras.

## 19 Outras Informações

### **Benefícios Pós Emprego**

Não existem benefícios pós emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

### **Derivativos**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia não operou com Instrumentos Financeiros Derivativos.

### **Passivos contingentes**

Não existem passivos contingentes fiscais, trabalhistas e cíveis, classificados com risco de perda provável ou possível, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.